

Jurisdição Especializada de Falências e Recuperações*

Sidnei Beneti

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; presidente da Câmara Especial de Falências e Recuperações Judiciais; doutor em Direito Processual pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; professor titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; presidente da União Internacional de Magistrados (Roma)

1 – Vivemos uma experiência pioneira. No dia em que entra em vigor a Lei de Recuperações e Falências (Lei nº 11.101, de 9/2/2005), a Justiça de São Paulo instala, pioneira, a Câmara Especial de Falências e Recuperações de Empresas. Que experiência fascinante, a de produzir os primeiros precedentes, forçosamente históricos da jurisprudência! Agradeço aos Eminentíssimos Desembargadores da Câmara Especial de Falências e Recuperações pela honra, que jamais esquecerei, de falar neste momento em nome de Magistrados nacionalmente consagrados, desses que se qualificam ao só enunciado do nome. Pronuncio com grande emoção os nomes dos Eminentíssimos integrantes da Câmara, Desembargadores Boris Padron Kauffmann, Hamilton Elliot Akel, Manoel Tavares Pereira Calças e Romeu Ricupero e dos suplentes José Lino Machado e José Araldo da Costa Telles.

2 – A Lei nº 11.101, que “regula a recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária”, impulsiona à modernidade e exige a inovação judiciária, sem as quais não poderá produzir o desejado efeito de melhoria nas relações econômico-sociais que envolvem os momentos de crise da atividade empresarial.

Para resguardar a modernização e incentivar a inovação é que o artigo 192 dessa lei dispõe que a nova lei “não se aplica aos processos de falência ou de concordata ajuizados anteriormente ao início de sua vigência, que serão concluídos nos termos do Decreto-Lei nº 7.661, de 21/6/1945”, firmando um muro divisor entre os processos antigos e novos. A lei claramente determina que se evite a transmigração para a aplicação da nova lei de práticas inter-

pretativas e de rotinas de trabalho, sedimentadas ao longo dos sessenta anos de vigência da lei antiga. A nova lei grita por socorro de nova mentalidade de todos os figurantes da atividade jurídica, magistrados, promotores, advogados, auxiliares da Justiça – e mesmo, credores e devedores, agora obrigatoriamente participantes do objetivo fundamental, determinado pela lei, que é superação da crise da atividade empresarial.

3 – O clamor pela modernidade expressado pela nova Lei de Recuperação e Falências norteia a experiência pioneira de São Paulo na implantação de duas Varas de 1º Grau das três criadas na Capital e de uma única Câmara Especial, no Tribunal de Justiça para todo o Estado.

4 – Em primeiro lugar, pioneira a experiência por criar um sistema, ou microssistema, ou, se quiserem, uma quase-Justiça Especializada, de recuperações e falências. Atende-se à experiência mundial. A multiplicidade de autos, a simultaneidade de andamento, a adaptação da forma processual, a padronização de decisões repetitivas, a plurissubjetividade das audiências, a abrangência maior das comunicações e informações exigem a diversificação dos processos insolvenciais dos processos comuns, pena de as rotinas destes se imporem àquelas, aniquilando-lhes a especialidade.

5 – Em segundo lugar, pioneira a experiência por levar à construção de uma doutrina de precedentes

* Palavras do Desembargador Sidnei Beneti na cerimônia de instalação da Câmara Especial de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais – Tribunal de Justiça, Gabinete da Presidência, 9/6/2005.

judiciais capazes de fornecer à sociedade, especialmente aos agentes da atividade econômica e aos profissionais do mundo jurídico, diretrizes seguras, tornando previsível a interpretação da lei e concretizando em situação fática sua normatividade abstrata, o que facilita a todos os agentes da atividade econômica planejar o agir, ao Advogado aconselhar o cliente, ao juiz compor os conflitos oferecendo norte claramente visível para a sociedade e ensinando às jurisdições de nível federativo o conhecimento do sentido da interpretação consistente da lei no Estado, respeitadas, evidentemente, eventuais dissensões.

6 – Em terceiro lugar, pioneira a experiência por acelerar o andamento do processo, eliminando tempos mortos perdidos na determinação de passos futuros na rotina processual e na formação da decisão final no Estado. A especialização em 1º Grau, que, no tocante à falência e à concordata, vários Estados já implantaram há anos, vem provando os bons resultados da especialização na aceleração. A especialização em 2º Grau, em que, nessa matéria, o Tribunal de Justiça de São Paulo é o primeiro em nosso país, permitirá que as matérias submetidas à Justiça sejam julgadas rapidamente, por unidades novas, intolerantes do atraso, permitindo acesso rápido aos Tribunais Superiores na organização federativa, ante a não retenção no âmbito estadual entre as várias Câmaras e Grupos de Câmaras.

7 – Em quarto lugar, pioneira a experiência pelo processo de deliberação e implantação. Diante da promulgação da Lei nº 11.101, no dia 9/2/2005, em curtíssimo espaço de tempo e com admirável eficiência dos setores da Presidência, Corregedoria, Conselho Superior da Magistratura, Órgão Especial e 3ª Vice-Presidência, foram ativados estudos que aguardavam a promulgação da lei. Designado pela Presidência, ofereci parecer e constituiu-se Comissão de Implantação da nova Lei. Trilharam-se, a seguir, as seguintes etapas:

a) Planejamento da implantação: Comissão integrada pelos Desembargadores Sidnei Beneti, João Carlos Salletti, Juízes da Capital Manoel Justino Bezerra Filho e Irineu Jorge Fava, Diretor do Fórum Central, Marco Antonio Muscari, Marcelo Fortes Barbosa Jr., Gilson Delgado Menezes, Auxiliares da Presidência e da Corregedoria-Geral.

b) Realização de Audiência Pública de Sugestões à implantação de novo serviço judiciário, a pri-

meira audiência dessa modalidade realizada no Judiciário de São Paulo, com a presença dos Desembargadores Presidente, Luiz Elias Tâmbara e Corregedor-Geral da Justiça, José Mário Cardinale, e assentimento expresso, ausente por participar de outra atividade, o 1º Vice-Presidente Mohamed Amaro; a Procuradora Selma Negrão Pereira dos Reis e Promotores de Justiça da área, representando o Procurador-Geral da Justiça Rodrigo Pinho, Advogados Rubens Approbato Machado, Renato Luiz de Macedo Mange, Manoel Alonso e Thomas Benes Felsberg, representando, respectivamente, a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, a AASP – Associação dos Advogados de São Paulo, o IASP – Instituto dos Advogados de São Paulo e o Cesa – Centro de Estudos de Sociedades de Advogados – enfatizando-se que, graças à designação dos Presidentes das entidades, Advogados Luiz Flávio Borges D’Urso, José Diogo Bastos Neto, Thales Castelo Branco e Horacio Bernardes Neto, todas as entidades foram representadas por profissionais respeitados no mundo jurídico como militantes na área de falências e concordatas. Realização de estudos pelo 3º Vice-Presidente, Desembargador Rui Camilo, Presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal, inclusive reunião com os Desembargadores que manifestaram prévio interesse em compor a Câmara, caso viesse a ser criada.

c) Criação das Varas de Falências e Recuperações Judiciais da Capital e da Câmara Especial de Falências e Recuperações Judiciais pelas Resoluções TJS-SP nºs 200/2005 e 207/2005, postos em concurso e nomeados Juízes de 1º Grau (1ª Vara: Juiz Alexandre Alves Lazzarini e 2ª Vara, Juiz Caio Marcelo Mendes de Oliveira) e Desembargadores em 2º Grau (Câmara Especial: Desembargadores Sidnei Beneti, Boris Kauffmann, Elliot Akel, Pereira Calças e Romeu Ricupero e suplentes Desembargadores José Lino Machado e José Araldo da Costa Telles), realizada a seleção e lotação de funcionários, instaladas materialmente as unidades, transformados e conectados os suportes de informática.

d) Realização de Seminário Preparatório para Juízes e servidores das Varas e da Câmara de Falências e Recuperações, a par da frequência, pelos Juízes das novas Varas e outros Magistrados, com Promotores de Justiça, de Curso Concentrado organizado pela Fundação Getúlio Vargas em convênio

com a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e Procuradoria-Geral da Justiça, sob a coordenação do Professor Luiz Fernando Valente de Paiva, e desenvolvimento de Curso Semestral de Pós-Graduação de Direito Econômico da Escola Paulista da Magistratura, coordenado pelo Professor Paulo Fernando Campos Salles de Toledo, sobre a matéria.

8 – Implantam-se, no dia em que entra em vigor a nova Lei de Recuperação e Falências, duas Varas Especializadas e uma Câmara Especial do Tribunal de Justiça, destinadas precipuamente à aplicação da nova Lei. Os trabalhos iniciais estão concluídos. Não são, contudo, o término da obra, mas início. São apenas os alicerces do edifício que se constrói, que é o da Justiça melhor para os envolvidos no fenômeno da empresa em crise. Não um edifício de cobrança de créditos ou de procrastinação de débitos. Mas de solução participativa da crise de empresários e sociedades empresárias, em dificuldades, empregados e terceiros, segundo o Direito e a Justiça. Recorde-se sempre que são unidades judiciá-

rias, compostas por Juízes, profissionais na realização da Justiça com equidistância entre os interesses em litígio. De todos os envolvidos nesse trabalho, espera-se a colaboração que virá. Não só de Magistrados, membros do Ministério Público, Advogados e funcionários que trabalham nas novas unidades – mas de todo o meio jurídico, da área acadêmica e da comunicação formadora da opinião pública específica sobre a matéria – e, inclusive, a importantíssima colaboração dos integrantes das Unidades judiciárias que prosseguem competentes para os casos da Lei antiga, com os quais haverá a necessária a interação.

9 – Instalam-se novos serviços. O Tribunal de Justiça de São Paulo esforça-se em modernizar o atendimento jurisdicional. Não se veja na simplicidade deste ato apenas a sua deliberada singeleza. Agucem-se os olhos e se perceberá a substância profunda que encerra. Neste ato simples, no cume do edifício da Justiça do Estado, que é a Sala do Presidente Luiz Elias Tâmbara, dá-se um passo significativo no sentido da melhoria da Justiça.